

A precarização do trabalho docente



Luta antimanicomial e os desafios da reforma psiquiátrica no Brasil

Página 5

Servidores/as e governo assinam acordo pelo reajuste linear emergencial de 9%

Página 8

Construção coletiva na luta por direitos

O nosso trabalho na universidade alcança os dias finais do primeiro semestre letivo condensado de 2023, conforme calendário aprovado pelo COCEPE, enquanto os desdobramentos da campanha salarial dos/as servidores/as públicos/as federais estão em curso. Essas duas temáticas sofreram efeitos dramáticos do período de isolamento pandêmico e dos quatro anos de um governo que se assumiu inimigo da educação, da ciência, da previdência social/aposentadorias, do meio ambiente e da classe trabalhadora.

Estamos diante do desafio de enfrentar esse momento com coragem e organização da nossa categoria, fortalecendo a ADUFPel-SSind, atuando na grande política e conscientes de que várias incidências, que precarizam as condições de trabalho e estudo nas universidades federais, precedem à pandemia e ao último desgoverno.

A campanha salarial 2023 chegou a um acordo emergencial, assinado com o governo federal, prevendo 9% no reajuste dos salários e uma correção no benefício para alimentação. No fechamento desta edição, o projeto de Lei está no Congresso Nacional, mas ainda não foi posto em pauta, o que coloca em risco a sua efetivação em maio. Porém, é preciso lembrar que a redução de poder aquisitivo é muito superior a esse percentual. Nos últimos quatro anos, o congelamento chegou a 27% e há perdas anteriores, como há corrosão inflacionária, mês a mês, de 2023. Segue na pauta, a discussão específica da carreira docente, brutalmente desestruturada, das reformas previdenciárias, da revogação do “Teto de Gastos” e outras contrarreformas impostas.

As características com as quais o trabalho docente se estrutura são definidoras de como será a universidade no período subsequente. Por isso, colocamos em debate outros elementos, além da valorização salarial e das lutas por direitos imediatos nas relações de trabalho. O tema da precarização é chamado novamente aqui em uma perspectiva ampla e multifacetada, buscando uma visão de conjunto, que parte de cuidados com a saúde dos que ensinam e aprendem e vai até a função social e histórica da instituição.

Tem sido cada vez mais evidente o limite das ações administrativo/institucionais quando se trata de enfrentar os danos às universidades públicas, decorrentes da manipulação ultraliberal do Estado brasileiro. Aprendemos, pela experiência, que sem organização de base e movimento nas ruas não haverá avanços significativos. Ao contrário, as fórmulas gerencialistas têm se reduzido a imprimir adaptações regressivas do ponto de vista do caráter e do funcionamento da educação pública. O exemplo mais recente é a fórmula devastadora que foi denominada de “Novo” Ensino Médio.

Esta constatação impõe, ainda, maior responsabilidade às organizações autônomas dos trabalhadores e das trabalhadoras, como o nosso sindicato que já está próximo a completar 44 anos e foi tão importante na criação do ANDES-Sindicato Nacional.

Pela primeira vez, haverá coincidência na data de eleição das novas diretorias local e nacional, que transcorrerão nos dias 10 e 11 de maio. Três chapas concorrem à direção do ANDES-SN e aqui, na ADUFPel-SSind, teremos chapa única. Tão importante como fazermos o grande debate a respeito dos rumos da nossa organização e da nossa universidade, é que reforçemos a luta classista expressando ampla participação no pleito.



Jornal VOZ DOCENTE
 Publicação da Associação dos Docentes da UFPel
 Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPel)
 Tiragem: 1.000 exemplares

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e
 Vanessa Silveira (MTB 20757/RS)
Diagramação: Vanessa Silveira
Capa: Vanessa Silveira

Presidenta: Regiana Blank Wille
Primeiro Vice-Presidente: Luiz Henrique Schuch
Segunda Vice-Presidente: Valdelaine da Rosa Mendes
Secretária Geral: Celeste dos Santos Pereira
Primeira Secretária: Elaine da Silva Neves
Segundo Secretário: Diogo Franco Rios
Primeiro Tesoureiro: Henrique Andrade Furtado de Mendonça
Segunda Tesoureira: Beatriz Fanchini
Terceiro Tesoureiro: Júlio César Emboava Spanó

Contato: secretaria@adufpel.org.br / (53) 98405-3726
 Colaborações e sugestões para o jornal: imprensa@adufpel.org.br
 Endereço: Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas.
 Cep: 96015-190.

ATENDIMENTO PRESENCIAL: de segunda a sexta
 das 8h às 18h (sem fechar ao meio dia)
 Sede antiga da ADUFPel (Major Cícero, 101 - Centro)

Site: adufpel.org.br
Redes sociais: @adufpel

Eleições para as diretorias da ADUFPEL e do ANDES-SN acontecem em 10 e 11 de maio

Nos dias 10 e 11 de maio, docentes sindicalizados/as poderão escolher as diretorias que estarão à frente das gestões da ADUFPEL-SSind e do ANDES-SN pelo período de 2023 a 2025. A votação será realizada de forma simultânea, nos locais que serão divulgados posteriormente pela Comissão Eleitoral no site e nas redes sociais da ADUFPEL.

Pleito da ADUFPEL

Pela ADUFPEL, irá disputar a chapa única, de número 10, “ADUFPEL INDEPENDENTE E DE LUTA”. Junto às eleições da diretoria, ocorre a escolha do Conselho de Representantes de cada unidade. Próximo à data, serão divulgadas mais orientações sobre a distribuição de urnas e locais de votação. Estão aptos/as a votar docentes sindicalizados/as até 8 de fevereiro de 2023.

Chapa 10 “ADUFPEL INDEPENDENTE E DE LUTA”

Presidente: Prof. Carlos Rogério Mauch
Primeira Vice-Presidente: Prof^a. Regiana Blank Wille
Segunda Vice-Presidente: Prof^a. Valdeleine da Rosa Mendes
Secretária Geral: Prof^a. Elaine da Silva Neves
Primeiro Secretário: Prof. Diogo Franco Rios

Segunda Secretária: Prof^a. Fernanda Hermandes Figueira
Primeira Tesoureira: Prof^a. Ana Lúcia Costa de Oliveira
Segundo Tesoureiro: Prof. Júlio Cesar Emboava Spanó
Terceira Tesoureira: Prof^a. Norlai Alves Azevedo

Por que votar?

A participação de sindicalizados e sindicalizadas nas eleições é fundamental para que os/as dirigentes tenham suas iniciativas respaldadas pela representatividade que lhes é concedida através do voto. As eleições sindicais são um momento importante, que permite a participação direta de todos e todas, reafirma a luta da categoria e da entidade e fortalece a democracia sindical.

Pleito do ANDES-SN

Por conta da pandemia, o processo eleitoral para o Sindicato Nacional precisou ser adiado para este ano, excepcionalmente. A decisão foi tomada pelo 40º Congresso. Pela segunda vez, nos 42 anos do sindicato, três chapas disputam as eleições pela direção. A primeira foi em 1996. Estão aptos/as a votar docentes sindicalizados/as até 9 de fevereiro de 2023.

CHAPAS:

Chapa 1 “ANDES pela base: ousadia para sonhar, coragem para lutar”

Presidente: Gustavo Seferian Scheffer Machado (UFMG)
1ª Vice-Presidenta: Raquel Dias Araujo (UECE)
2º Vice-Presidente: Luis Eduardo Acosta Acosta (UFRJ)
3ª Vice-Presidenta: Maria Lucia Lopes da Silva (UNB)
Secretária Geral: Francieli Rebelatto (UNI-LA)
1ª Secretária: Caroline de Araújo Lima (UNEB)
2º Secretário: Alexandre Galvão Carvalho (UESB)
3ª Secretária: Annie Schmaltz Hsiou (USP)
1ª Tesoureira: Jennifer Susan Webb dos Santos (UFPA)
2º Tesoureiro: Fernando Lacerda Júnior (UFG)
3º Tesoureiro: Gisvaldo Oliveira da Silva (UESPI)

Chapa 2 “ANDES-SN Classista e de Luta”

Presidente: André Rodrigues Guimarães (UNIFAP)
1ª Vice-Presidenta: Gelta Terezinha Ramos Xavier (UFF)
2ª Vice-Presidenta: Rosângela Assunção (UESPI)
3ª Vice-Presidenta: Marinalva Silva Oliveira (UFRJ)
Secretária Geral: Celeste dos Santos Pereira (UFPEL)
1ª Secretária: Sandra Bernadete da Silva Moreira (UFPA)
2º Secretário: Waldir Bertúlio (UFMT)
3ª Secretária: Viviana Mónica Vermes (UFES)
1º Tesoureiro: Welbson do Vale Madeira (UFMA)
2º Tesoureiro: Gean Claudio de Souza Santana (UEFS)
3ª Tesoureira: Alyne Maria Barbosa de Sousa (IFPI)

Chapa 3 “RENOVA ANDES”

Presidente: Luis Antonio Pasquetti (UNB)
1º Vice-Presidente: Domingos Sávio da Cunha Garcia (UNEMAT)
2ª Vice-Presidenta: Maria Caraméz Carlotto (UFABC)
3º Vice-Presidente: Jailton de Souza Lira (UFAL)
Secretária Geral: Eleonora Ziller Camenietzki (UFRJ)
1º Secretário: Paulo Vieira Neto (UFPR)
2ª Secretária: Celi Nelza Zulke Taffarel (UFAL)
3ª Secretária: Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (UFMS)
1ª Tesoureira: Erika Suruagy Assis de Figueiredo (UFRPE)
2ª Tesoureira: Lisleandra Machado (IFSU-DESTEMG)
3º Tesoureiro: Ari de Sousa Loureiro (UFPA)

A nominata completa está disponível em andes.org.br

Rugby como instrumento para inclusão social e igualdade de gênero



Crédito: Vem Ser Rugby

A prática do Rugby ultrapassa as questões técnicas do esporte em si. A atividade coletiva, que envolve intenso contato físico e tem como principal objetivo levar a bola de formato oval para além da linha do gol adversário e apoiá-la contra o solo, cumpre uma função social importante. Para o projeto “Vem Ser Rugby” — iniciativa da Escola Superior de Educação Física (Esef) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) — a modalidade pode ser um instrumento de formação, educação, inclusão social, igualdade de gênero, promoção da saúde e sustentabilidade ambiental.

O projeto, coordenado pelo professor da instituição e doutor em Ciências do Movimento Humano, Eraldo dos Santos Pinheiro, nasceu dentro do Programa “Vem Ser Pelotas”, que visa a identificação e o desenvolvimento de jovens nas modalidades adequadas para as suas qualidades motoras e alto rendimento.

Voltada a meninas da rede pública municipal de Pelotas, a iniciativa visa promover atividades inclusivas e a integração dos escolares no turno inverso. Sendo formativo por natureza, devido aos valores que o envolvem, como integridade, respeito, paixão, disciplina e solidariedade, o Rugby oportuniza a integração dos conteúdos pedagógicos e fortalece o desenvolvimento social. “A prática do Rugby é de mudança de comportamento. Quem passa a praticar, em qualquer parte do mundo, vai ser

reconhecido pela modalidade”, enfatizou Eraldo.

Inclusão social

O professor também salienta que a atividade possibilita a inclusão social. Quem participa, em grande parte, são meninas negras oriundas da periferia, que, segundo ele, talvez não teriam a possibilidade de exercer essa habilidade.

“Provavelmente, elas estariam fazendo aquilo que adolescentes dessa faixa etária da periferia fazem, que é estar cuidando dos irmãos mais jovens, ou ajudando em casa, não tendo a oportunidade de participar de uma modalidade formal, conhecer outras culturas, outras pessoas, saber que o mundo é maior do que aquilo que elas vivem no seu dia a dia, mas, ao mesmo tempo, compreender que lá é o seu lugar, lá é a sua casa, e o quanto isso pode ser modificado através daquilo que a gente tenta oferecer”.

De acordo com Eraldo, projetos como esse, destinados à comunidade, são de extrema importância para mostrar que a Universidade está sempre de portas abertas e pode impactar na vida não só dessas meninas, mas também de todos que estão comprometidos ao seu redor.

Participação feminina

O “Vem Ser Rugby” atinge, hoje, em torno de 25 a 30 meninas em diferentes ca-

tegorias. Ao ser destinado exclusivamente a estudantes femininas, também veio para romper as barreiras do preconceito que está impregnado em nossa sociedade, assim como já vem ocorrendo em outros esportes.

“Se pegar modalidades mais centrais e mais hegemônicas, como o futebol, a gente já vê mulheres praticando. As pessoas não fazem mais cara feia como faziam antigamente. Isso passa pelo Rugby também, quando as meninas dizem que jogam Rugby e as pessoas ficam curiosas para saber mais sobre a modalidade”, pondera Eraldo.

As muitas conquistas do projeto e das pessoas que o integram demonstram o quanto este cenário está se modificando e é promissor. A partir dele, revelaram-se treinadora da seleção Gaúcha e coordenadora nacional de projeto relacionado ao esporte, além de surgirem oportunidades de participações na Seleção Brasileira Juvenil e contratos profissionais.

Formação de professores

O “Vem Ser Rugby”, conforme avalia Eraldo, carrega consigo a característica de ser um projeto multiprofissional, que pensa na formação não somente de estudantes, como também de professores e professoras, visando multiplicar o seu impacto social.

Por isso, tem um braço de formação continuada de docentes. “A gente tem um festival de Rugby que traz os escolares e professores que participam da formação continuada para a Esef, no qual a gente faz uma competição de Rugby Tag, que é uma modalidade mais simples, não tem o contato físico como o jogo formal”. Essa ação já resultou em efeitos positivos diretos e indiretos em mais de dez mil escolares até hoje.

O Rugby

O Rugby surgiu na Inglaterra no início do século 19 e por muito tempo caminhou ao lado futebol até ter suas próprias características. Hoje, o World Rugby (a federação internacional) possui mais de 120 países membros e o esporte é praticado por pelo menos 6,6 milhões de pessoas.

Para mais informações, entre em contato com o projeto via Instagram (@Vemserrugby)

Luta antimanicomial e os desafios ainda enfrentados pela reforma psiquiátrica no Brasil

A reforma psiquiátrica brasileira, com uma trajetória de mais de 30 anos, modificou os paradigmas em torno do debate sobre a saúde mental no país e acompanha os movimentos de reforma sanitária, e a implantação de sistemas de saúde universais, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as políticas de saúde mental preconizam abordagens e práticas de cuidado centradas nas pessoas e baseada em direitos. Apesar dos retrocessos das políticas públicas destes últimos anos, o paradigma que norteia a Saúde Mental no Brasil continua sendo o da atenção psicossocial, compreendendo o sofrimento mental para além de questões biomédicas.

Nesse sentido, as políticas de saúde mental precisam dar conta dos múltiplos e diversos aspectos que constituem o viver, como as questões psicológicas, sociais, antropológicas e espirituais, de modo que o cuidado em saúde mental não se sustenta apenas em serviços de saúde.

Em entrevista ao programa *Viração*, que vai ao ar no dia 15 de maio, a trabalhadora e pesquisadora em saúde coletiva, com ênfase em saúde mental e gestão, servidora da SES/RS, Maria Carolina da Costa Pinheiro destacou que: “hoje a estruturação dessa política busca constituir e financiar as redes comunitárias de saúde mental, como a gente se expressa aqui no Brasil, na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), dividida em vários componentes. Há décadas, a gente se deu conta num determinado momento da reforma, de que não é só sobre abrir serviços para substituir os hospitais psiquiátricos, não é só sobre ter um serviço especializado para o cuidado das situações mais severas, se precisa de uma série de outros pontos de atenção, desde a atenção primária, ou seja, todo arcabouço da política de saúde mental hoje no Brasil está em torno dessa rede de atenção psicossocial”.

A principal bandeira da luta antimanicomial é a defesa do cuidado em liberdade, então é extremamente importante o fortalecimento de todas as atividades que prestam um trabalho com equipes multiprofissionais, atuando de modo interdisciplinar, como é o exemplo dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nomenclatura criada pelo Sistema Único de Saúde

(SUS), para os serviços de caráter aberto e comunitário, voltados ao acompanhamento de pessoas com sofrimento psíquico.

“É na vida, no cotidiano que a gente precisa apoiar as pessoas, nos seus momentos de maior fragilidade. A RAPS é grande, ela não é só CAPS e hospital, e isso é muito importante de eu compartilhar aqui agora, a gente tem então, além do Centro de Atenção Psicossocial e das unidades de saúde mental nos hospitais gerais, também as oficinas, acompanhantes terapêuticos, redutores de danos e equipes de apoio na atenção básica, os residenciais terapêuticos, as unidades de acolhimento, e outros como os serviços de urgência e emergência. Nos hospitais gerais, a gente já tem um grande número de leitos no RS. E, ainda temos nas redes de saúde, os hospitais psiquiátricos que devem sim, nesse contexto, seguir as legislações, principalmente a nossa Lei Federal 10.216 de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e reorienta o modelo assistencial em saúde mental”, destaca Maria Carolina.

Além disso, a Lei estadual 9.716 de 1992, que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determinou a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por uma rede de atenção integral em saúde mental e incluiu regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias. Determinou ainda, a extinção dos manicômios por uma rede substitutiva de serviços de atenção integral à saúde mental, ou seja, uma amplitude de ofertas, de ações e de serviços em vários componentes, que estão no básico, na essência da reforma psiquiátrica brasileira.

Desafios atuais

Algumas questões precisam ser consideradas, existe hoje uma grande necessidade de avanços quando se refere a políticas públicas para saúde mental, que esteve praticamente estagnada na última década. “Eu acho que se a gente fosse falar de um único desafio, ou do maior deles, seria a própria retomada da política nacional dentro dos princípios da reforma psiquiátrica brasileira, do cuidado em liberdade e do fortalecimento das redes comunitárias de saúde mental. O resto tudo vai vir jun-

to”, afirma a pesquisadora.

A demanda vai além da rede de serviços de saúde mental, as questões relacionadas a história de vida, invisibilidade do sofrimento mental, reducionismo de pessoas com doenças ou transtornos mentais e, principalmente na área de álcool e outras drogas, a superação de práticas voltadas para a abstinência como única possibilidade de cuidado, são os grandes desafios hoje quando tratamos do assunto.

Santa Casa de RG inaugura área de atendimento de saúde mental

No mês de abril, a Santa Casa de Rio Grande inaugurou uma nova unidade de internação em saúde mental, com 30 leitos, e já realizou a transferência de pacientes do antigo hospital psiquiátrico de Rio Grande, que encerrou as suas atividades. Atualmente, a região sul conta com nove hospitais gerais com unidades de saúde mental, com 120 leitos, frutos da luta antimanicomial e das gestões em saúde que há décadas investem na RAPS.

Dia Nacional da Luta Antimanicomial

O dia 18 de maio é marcado pelo Dia Nacional da Luta Antimanicomial e a data reforça a importância do debate e da conscientização sobre o tema, principalmente no que se refere à reforma psiquiátrica, reconhecida nacionalmente e internacionalmente, cujos resultados são amplamente apontados através de pesquisas científicas na área e esses são fundamentais que sejam socializados.

“Acho que no 18 de maio, a gente precisa trazer mais à tona, que não é só sobre a política, as estruturas e os serviços, mas no grande investimento com as pessoas, com as relações, sem desconsiderar o que hoje emerge, “sai debaixo do tapete”, sobre racismo, misoginia, homofobia, machismo, enfim, todas essas questões que têm se reverberado de forma muito violenta, fazendo a gente crescer e desenvolver uma cultura de paz. Isso tudo tem a ver com essa imensa demanda de saúde mental, e a luta antimanicomial tem que olhar para estes grandes desafios do momento, e aí sim estruturar as mais diversas formas de cuidado, que a gente possa cuidar do maior número e de diferentes formas que chegam para nós, como pedido de ajuda”, finaliza Maria Carolina.

O trabalho docente em tempos de produtivismo, plataformização, cortes de verbas, “Novo” Ensino Médio e corrosão salarial

Desde a ditadura empresarial-militar, a estrutura e a organização das instituições públicas de ensino têm sido pautadas pela lógica do capital, com manipulação de conceitos como: eficiência, produtividade e competitividade. Na década de 1990, isso se intensificou. A educação brasileira passou por grandes transformações, impactadas pela reestruturação produtiva, consequente de políticas neoliberais que até hoje afetam a concepção de ensino e têm sido responsáveis pela reconfiguração do trabalho docente.

Estabeleceram-se novas demandas que contribuíram para o avanço da precarização, pautadas pela lógica do capital, com estímulo à busca por eficiência, produtividade e competitividade. Hoje colaboram para esse cenário: cortes de recursos, políticas de vagas docentes e discentes, terceirização das atividades de apoio, plataformização, contrato por projeto, desvalorização do regime de Dedicção Exclusiva, corrosão salarial, entre outras.

Para Amanda Moreira da Silva, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutora em Educação e especialista em políticas públicas em espaços escolares, essa é uma pauta importante de ser debatida, pois o/a professor/a do ensino superior, muitas vezes, considera que a precarização não o atinge da mesma forma que aos/às demais trabalhadores/as da educação. “Não significa que o docente do ensino superior da educação pública concursado, com doutorado, que tem uma carreira profissional, não esteja também com seus salários reduzidos, com seu padrão de vida caindo cada vez mais, inserido numa lógica também insana do produtivismo dentro das universidades”.

Nesse contexto de acirramento da precarização, professores e professoras têm lidado com exigências de desempenho que os sobrecarregam e debilitam tanto a saúde física quanto a mental. Amanda pontua que, quando se fala em saúde do trabalhador, não se pode entender esse processo analisando apenas seus efeitos. É fundamental compreender o que está acontecendo com o mundo do trabalho em tempos de devastação do capital.

Sobrecarga e mecanismos de avaliação

A sobrecarga de trabalho e os mecanismos de controle, como o sistema de avaliação docente, são fatores que potencializam esse panorama de precarização e adoecimento.

Conforme frisa a professora da UERJ, a avaliação é realizada pelos/as próprios/as trabalhadores/as em um contexto de produção exacerbada, muitas vezes para se manter em algum cargo, para conseguir avançar na carreira ou conquistar uma bolsa de pesquisa, o que atravessa, principalmente, aqueles ou aquelas que atuam na pós-graduação.

“Tudo isso tem gerado uma competitividade muito grande entre os pares - que também é motivo de adoecimento dos trabalhadores - uma sobrecarga de trabalho, a cultura workaholic. Hoje, a gente pode trazer também para o ensino superior, porque essa cultura do vício no trabalho, do trabalho a todo tempo, para produzir, para publicar, para ter que dar conta de mil e uma tarefas, tem também gerado esse processo de adoecimento, a Síndrome de Burnout, a exaustão profissional e outras doenças psíquicas”.

Isso, de acordo com Amanda, inte-

gra a visão da educação como mercadoria, de que precisa ser aferida por índices externos ou haver o produtivismo para que a ciência seja feita. São demandas que necessitam ser revistas, para a construção de uma educação que siga por um outro caminho que não seja o de “moer” trabalhadores/as.

Corte de verbas

Os cortes orçamentários que vêm estrangulando as instituições federais também pioram as condições e relações de trabalho de docentes federais, pois impossibilitam o desenvolvimento pleno das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para analisar essa política de sucateamento, Amanda Ramalho traz à tona o marco da década de 1990, quando o neoliberalismo avançou no país e atingiu em cheio a classe trabalhadora e o setor público. Naquele momento, a lógica gerencialista imperou, do “fazer mais com menos” e tratar investimentos na educação como “gastos”. E, até hoje, tem sido muito nefasta.

Os contingenciamentos nas instituições públicas, conforme salienta, ocorrem desde então, com períodos de interrupção, mas não de ruptura. Em uma conjuntura mais recente, eles passam, inclusive, a imperar de uma forma muito mais avassaladora. Somam-se aos cortes a Emenda Constitucional 95, responsável pelo congelamento dos investimentos públicos sociais por 20 anos, e outras reformas que aprofundam os ataques aos/às servidores/as públicos/as da educação.

Por isso, enfatiza: “Eu acho que, hoje, é fundamental que a gente avance nesse debate. Não estamos em um contexto tão favorável ainda. É um pouco melhor que o

Viração
#166

Precarização do trabalho docente

o que o “Novo” Ensino Médio tem a ver com isso?



Amanda Moreira da Silva

Professora da UERJ e doutora em Educação na linha “Estado, Trabalho-Educação e Movimentos Sociais” pela UFRJ

Este programa foi ao ar no dia 3 de abril e está disponível em todas as plataformas digitais da ADUPPel.

OUÇA NOS AGREGADORES DIGITAIS (VIRAÇÃO ADUPPEL)



anterior, mas que precisamos, de fato, colocar as lutas necessárias e garantir maior recurso para a educação, para que a gente também consiga avançar na educação de qualidade que nós defendemos, e não essa que está aí hoje”.

Plataformização da educação

Outra questão urgente, e que contribui para a superexploração e precarização do trabalho e do ensino, é a plataformização. De acordo com Amanda, que vem estudando o conceito em seu pós-doutorado, o crescimento desse tipo de educação “vendável” é um processo avassalador no ensino superior privado, mas que passa também pelo setor público, promovendo mudanças de organização, controle e gerenciamento do trabalho.

Segundo a professora, o problema central do ensino remoto emergencial, que chegou como uma alternativa às universidades e institutos federais durante a pandemia, em 2020, é que ele se tornou permanente e foi naturalizado, pois esse é o objetivo do capital, do Banco Central, dos governos e das Big Techs.

“Com o retorno do [ensino] presencial a partir de 2022 nas instituições de ensino superior públicas, o remoto não deixou de existir, muito pelo contrário. Então, hoje, nós estamos lidando com o ensino presencial e o remoto de diversas formas”. Ela cita como exemplo a ampliação da possibilidade de docência ubíqua, sem limite de tempo e espaço, e avalia isso como extremamente prejudicial ao trabalho, o qual precisa de concentração e foco.

Para ela, esse é um tema recente que precisa ser visto com muita atenção. “A gente não tem ainda as consequências devastadoras desse processo a médio e longo prazo, tanto para o nosso trabalho quanto para nossa saúde, e precisa, mais do que nunca, debater isso”, reforça.

“Novo” Ensino Médio

A docente avalia que o “Novo” Ensino Médio é, atualmente, a pauta de luta mais urgente no contexto da educação brasileira e a pá de cal da precarização, pois a

medida é nefasta em todos os seus aspectos, por isso não cabe a ela revisões ou alterações pontuais. “Nós precisamos revogá-lo, de fato, porque essa reforma de conjunto é péssima. O ‘Novo’ Ensino Médio precisa ser entendido dentro de um pacote de reformas que são extremamente perniciosas para a classe trabalhadora, os estudantes e os futuros trabalhadores”.

O modelo, que é considerado um grande retrocesso na aprendizagem de crianças e jovens, preocupa também educadores/as universitários/as, pois sua continuidade pode significar maior dificuldade de estudantes de escolas públicas em acessar às instituições de ensino superior.

O projeto também abre portas para que setores do capital financeirizado ocupem mais espaço na educação, ao permitir que parte da volumosa carga horária seja oferecida de forma remota. Por isso, Amanda ressalta que é fundamental entender o objetivo desses setores: implementar a modalidade nas escolas porque nas universidades privadas, em parte, já se esgotou.

Corrosão salarial

A desvalorização da carreira docente é um dos pontos centrais desse processo de precarização. Os/as servidores/as públicos/as federais passaram o período de 2016 a início de 2023 sem recomposição salarial. Recentemente, conquistaram o reajuste de 9%, valor que não chega perto do necessário para cobrir as perdas que ultrapassaram 27%.

Ainda, a remuneração do/a docente federal está muito depreciada, se comparada a de outras categorias do serviço público federal. O salário inicial de um auditor fiscal da Receita Federal, por exemplo, é cinco vezes maior. Para chegar a algo aproximado, serão necessários cerca de 20 anos ao/a professor/a. Isso se tiver doutorado, trabalhar em regime de Dedicção Exclusiva e cumprir com os requisitos que garantam a progressão constante.

Importância da organização sindical

Marco Antonio Perruso, professor

de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que pesquisa a cultura política brasileira vinculada ao mundo do trabalho e das classes populares, avalia que a superação dos retrocessos, ocorridos nos últimos anos no mundo do trabalho, passa, principalmente, pela organização sindical e mobilização coletiva.

“O mundo do trabalho, por mais multifacetado, variado, mais ou menos precarizado que seja, envolve exploração. E as nossas capacidades coletivas é que vão dar uma resposta para isso”. Neste sentido, considera ser fundamental ter uma postura de vigilância, cobrança e ação, pois as conquistas até o momento foram fruto de muita luta, não dádivas do Estado ou de patrões.

Com outras pautas surgindo, ele acentua que a classe trabalhadora não pode ficar em uma posição acomodada ou reativa, e, nesse sentido, o/a docente deve se entender como integrante dela. “Muitas vezes, nós nos vemos como uma espécie de intelligentsia das políticas públicas, de que o professor universitário cuida do Brasil e dos interesses de todos, como se isso fosse possível numa sociedade capitalista. Nós somos parte da classe trabalhadora com todos os outros setores. E esse é um momento, inclusive, de vermos isso nas eleições do ANDES-SN, de que tipo de categoria docente nós vamos ser”.

Em sua percepção, nos últimos anos, boa parte da classe trabalhadora deixou de se mobilizar via sindicatos. Isso aconteceu, conforme reflete, devido a várias razões, sendo uma delas o ciclo de gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). “Os governos que, de certa forma, apassivaram a classe trabalhadora em grande medida, especialmente os trabalhadores menos pobres, mas também parte dos mais pobres, tornando-os clientelas de políticas públicas, que são todas fundamentais, mas essa oferta veio acompanhada de uma ideologia de um Estado protetor, cuidador, que parece que pode dispensar a mobilização dos trabalhadores e das classes populares”.

Viração
#170
O mundo do trabalho hoje

Marco Antonio Perruso
Professor de Sociologia da UFRRJ
Pesquisa a cultura política
trabalhista vinculada ao mundo do
trabalho e das classes populares.

dufpel ANDES

No dia 1º de maio, Dia do/a Trabalhador/a foi ao ar mais um programa Viração. Nele tratamos do mundo do trabalho hoje, com Marco Antonio Perruso, professor de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que pesquisa a cultura política brasileira vinculada ao mundo do trabalho e das classes populares.

OUÇA NOS AGREGADORES DIGITAIS (VIRAÇÃO ADUFPEL)





Crédito: Pedro Mesidor/Fenasps e André Luis/ExLibris

Servidores/as e governo assinam acordo pelo reajuste linear emergencial de 9%

Assinatura do termo de acordo marca ainda a crescente da campanha salarial de 2024

Entidades do Fonasefe, do Fonacate e outras ainda não integrantes destes coletivos, assinaram no dia 24 de março, em Brasília (DF), o termo de acordo 01/2023 com o governo federal, que institui o reajuste de 9% sobre a estrutura remuneratória permanente dos cargos efetivos das servidoras e dos servidores federais civis, a ser implementado a partir de 1º de maio, bem como o acréscimo de R\$ 200 ao auxílio-alimentação, que passará a ser de R\$ 658,00.

O ANDES-SN foi representado pela presidenta Rivânia Moura, pelo 3º secretário, Luiz Henrique Blume e pelo 2º vice-presidente da Regional Planalto, Luis Augusto Vieira. Pelo governo, presença da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, da ministra da Saúde, Nísia Trindade e do secretário de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, dentre autoridades que ali estiveram.

Ao falar pelo Fonasefe, a presidenta do Sindicato Nacional reforçou que apesar de ser um momento importante, esse do acordo em torno dos 9% de reajuste linear emergencial, é fundamental que o governo reconheça as perdas históricas do segmento. Rivânia asseverou ser fundamental que a Mesa Nacional de Negociação Permanente trate das perdas acumuladas no último período e que também instale as

mesas setoriais para tratar especificamente das questões específicas das categorias do serviço público, vítimas de um processo intenso não só de desvalorização salarial, mas também precarização das condições de trabalho.

Para implementar o reajuste, o governo precisa operar mudanças no Orçamento Geral da União de 2023, enviando um Projeto de Lei à Câmara dos Deputados tratando do reajuste e outro, um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN), ao Congresso Nacional, para alterar a autorização da concessão de reajuste dos servidores prevista no anexo V da Lei Orçamentária de 2023. Essa alteração é necessária para cumprir uma exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, porém, não mudará a dotação orçamentária total já prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o reajuste dos servidores este ano, que é de R\$ 11,2 bilhões. Em entrevista coletiva logo após a cerimônia, a ministra Esther Dweck informou que os projetos já estão prontos.

Quanto ao auxílio-alimentação, o Ministério da Gestão confirmou ter realizado o remanejamento de despesa de pessoal para benefícios, sem que o valor total dessa despesa aumentasse. A alteração já foi realizada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas primárias, divulgado

pela pasta na última quarta-feira (22/3).

A assinatura do termo de acordo marca ainda a crescente da campanha salarial de 2024, que ao lado da exigência pela instalação das mesas setoriais, compunha os três eixos principais definidos na Mesa Nacional de Negociação Permanente. O objetivo é buscar a recomposição dos salários do segmento, partindo inicialmente do reconhecimento, por parte do governo, das pesadas perdas salariais de 27% registradas apenas no período Bolsonaro ao que já se soma a corrosão inflacionária de 2023.

Também pautas políticas continuarão destacadas, como a luta pelo “revo-gaço” de portarias, decretos e instruções normativas, utilizados principalmente na gestão anterior, para retirada ou restrição de direitos do funcionalismo federal.

Contrarreforma

Ponto que vale destacar foi o compromisso assumido pelo governo na cláusula quarta do acordo, de fazer gestão junto ao Congresso Nacional para a retirada da contrarreforma, a PEC — 32/2020. A sinalização é importante principalmente no momento em que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), volta a movimentar o tema junto à opinião pública.

Fonte: ANDES-SN